

O pensamento geopolítico tradicional chinês enraizado na Filosofia Tradicional Chinesa: origem, características e implicações

Traditional Chinese geopolitical thinking rooted in Traditional Chinese
Philosophy: origin, features and implications

*Zhong Dian*¹

Resumo: Este ensaio pretende apresentar alguns aspectos importantes do pensamento geopolítico tradicional chinês a partir de 500 a.C até o começo da China contemporânea (século XIX), trazendo na análise obras clássicas da Filosofia Tradicional Chinesa. Primeiro, faz-se uma conceituação da idéia-base do pensamento geopolítico tradicional chinês: o “sinocentrismo”, de forma a rastrear a origem ideológica presente nas políticas por meio das quais as dinastias chinesas vieram a se relacionar com outros Estados. Em seguida, conduz-se uma reflexão sobre a influência do “sinocentrismo” na trajetória da China Antiga, focalizando em particular a última dinastia (dinastia Qing), quando este pensamento atingiu seu apogeu na formação de uma visão fechada da China Imperial sobre o mundo. Por fim, realiza-se uma crítica sobre a correlação entre o “sinocentrismo” e a falta de uma projeção geopolítica global ativa da China contemporânea, bem como a sua contínua influência na formulação da Política Externa Chinesa atual.

Palavras-chave: Pensamento geopolítico chinês. Filosofia Tradicional Chinesa. Sinocentrismo

Abstract: Although geopolitics only came to be accepted as a scientific discipline from the late 19th and early 20th centuries, many of the extensive studies related to geopolitics date back to ancient times. This essay intends to present some relevant aspects of traditional Chinese geopolitical thinking from 500 BC to the beginning of 19th century, bringing into the analysis literature from the classic works of Traditional Chinese Philosophy. First, we lay a conceptualization of the basic idea of traditional Chinese geopolitical thinking, or "sinocentrism", in order to trace the ideological origin of the policies according to which the Chinese dynasties came to relate to other states; second, we review the influence of

¹ Professora titular na Faculdade de Estudos Portugueses da Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, China. E-mail: marazhong@bfsu.edu.cn

"sinocentrism" on the trajectory of Ancient China, focusing in particular on the last dynasty (Qing dynasty), when "sinocentrism" reached its apogee whilst the Chinese empire formed a closed vision about the world; and finally, we look into the correlation between "sinocentrism" and the lack of an active global geopolitical projection of contemporary China, as well as its implications with regards to the Chinese government's current foreign policies.

Keywords: Chinese geopolitical thinking. Traditional Chinese Philosophy. Sinocentrism

1. O PONTO DE PARTIDA: A CONCEITUAÇÃO DO “SINOCENTRISMO”

É recente o aparecimento do termo “geopolítica” no léxico das ciências sociais, mas a ideia de correlacionar as perspectivas geográficas com as práticas políticas remonta a datas muito longínquas. Segundo alguns estudiosos, a mais antiga figura da fase clássica do pensamento geopolítico é, significativamente, Sun Tzu (CORREIA, 2010, p. 221), general e estrategista chinês que viveu no século V a.C, cuja obra *Arte da Guerra* já vislumbrava a relação entre configuração geográfica e política, já que a geopolítica era uma sucessão de guerras na época (Época dos Reinos Combatentes). Na verdade, existem outras obras, produzidas pelos mais antigos pensadores da filosofia clássica chinesa, as quais já continham certos Elementos conceituais e perspectivas que formaram (e estão presentes no) o que se convencionou chamar de Geopolítica. Ademais, os pensamentos, os raciocínios, os valores e os ideais que foram estabelecidos nesses livros “sagrados” construíram a base ideológica, cultural e moral na qual todo o sistema político, econômico e social da China Antiga veio a se estruturar. Além disso, como esses pensamentos foram concebidos como princípios de governança pelos imperadores e reis chineses, eles se refletiram e se intensificaram nas práticas políticas da China ao longo de toda sua história. Nesta primeira seção, faz-se uma conceituação sobre o que seria o ponto de partida da evolução do pensamento geográfico tradicional chinês: o “sinocentrismo”.

O “sinocentrismo” na filosofia clássica chinesa

A palavra “China” talvez sirva como o melhor termo para exemplificar o “sinocentrismo”. Com efeito, “Zhong Guo” (“China” em chinês mandarim), literalmente significa “País do Centro” na língua chinesa. Em *Shi Jing (Livro de Odes)*, um dos cinco livros sagrados do confucionismo, a conceituação feita sobre a “China” e o “imperador chinês” encontra-se na seguinte frase:

“Tudo sob o céu, não há terra que não seja do Nosso Imperador; e dentro das fronteiras dos Quatro Mares, não há ninguém que não seja povo do Nosso Imperador.”² (CONFÚCIO, 2013, p. 27)

De acordo com essa percepção certamente vaga mas extremamente penetrante, a “China” abarcava “tudo sob o céu” (“天下”, em chinês mandarim). O Império chinês era visto não como um país, mas um mundo com “fronteiras”, sendo fora dessas fronteiras um conjunto turvado e indivisível, o que seria a periferia de um único centro.

Em relação à origem desse império e do imperador, encontra-se a seguinte frase no *Livro de Odes*:

“Do céu desce o pássaro divino, deu vida para Shun³, quem fundou o império Shang.”⁴

E,

“Sob o mandato do céu, Wen e Wu⁵ tornam-se imperadores.”⁶

Além disso, em *Chun Qiu Fan Lu*⁷:

“O mandato do imperador, concedido pelo Céu foi. Quem chama a si ‘o Filho do Céu’, deve obedecer a Deus como obedecer ao próprio pai, e servi-lo com piedade filial.”⁸ (DONG, 2017, p.144)

Segundo os registros literários, o império chinês foi fundado pelo “filho do céu” (“天子”, em chinês mandarim), que reinava sob o “mandato do céu” (“天命”, em chinês mandarim). Por isso, o império chinês também era chamado de

² Do original chinês: “普天之下，莫非王土；率土之濱，莫非王臣”， tradução nossa.

³ Nome do imperador da dinastia Shang, a segunda dinastia da China Antiga.

⁴ Do original chinês: “天命玄鳥，降而生商”， tradução nossa.

⁵ Nomes dos dois imperadores fundadores da dinastia Zhou, a terceira dinastia.

⁶ Do original chinês: “昊天有成命，二后受之”， tradução nossa.

⁷ O Livro de *Chun Qiu Fan Lu* é uma outra obra clássica de tradição confucionista, escrita por Dong Zhongshu (179 a.C – 104 a.C), político e filósofo da Dinastia Han.

⁸ Do original chinês: “受命于天，天意之所予也，故号为天子者，亦视天如父，事天以孝道也”， tradução nossa.

“o Império Celestial” ou “o País de Cima” (“天朝上国”, em chinês mandarim) nas poesias e nos hinos chineses⁹. Dessa forma, o mundo, que seria “tudo sob o céu”, dizia respeito a uma dimensão geográfica específica: “dentro da fronteira dos Quatro Mares”. E o que se dizia do mundo ultramarino? No livro *Er Ya*, que é a lexicografia e enciclopédia mais antiga de tradição confucionista, define-se que:

“ Nove Yi, oito Di, sete Rong, e seis Man são chamados os quatro mares.”¹⁰ (AUTORES ANÔNIMOS, 2014, p. 87)

Aqui, “Yi”, “Di”, “Rong”, “Man” têm o mesmo significado: o lugar onde vivem os bárbaros. Usaram-se quatro palavras diferentes para não só diferenciar os “bárbaros” que viviam nos quatro pontos (L, N, O, S) do território chinês, mas também para dar um sentido ainda mais pejorativo – prova de que os chineses guardavam um certo grau de sentimento de superioridade em relação aos povos vizinhos. Ademais, ainda em relação aos “Quatro Mares”, e analisando pelo conhecimento que já temos hoje sobre a geografia da China, o termo não necessariamente se refere aos “mares” do litoral sudeste, mas também aos grandes rios. Deste modo, as águas eram vistas como as divisões entre o império civilizado e o mundo bárbaro, e concebidas como limites, fim de possibilidades e uma certa proteção natural que impedia o avanço de intrusos. Aqui, o desinteresse dos chineses pelo conceito de “Mar Territorial” já se pronunciava.

Além disso, em *Os Analectos*¹¹ :

“... e todos habitantes dos Quatro Mares serão seus irmãos. Qual a necessidade de o cavalheiro preocupar-se quanto a não ter irmãos?”¹²
(CONFÚCIO, 2015, p.116)

⁹ Na época em que foram escritos os livros de que se trata nesse artigo, apesar de existir uma dinastia Zhou com um imperador, vários reinos com os próprios reis guerriam um com outro em busca de hegemonia, até que um deles (Qin) veio a anexar todos os outros, unificando assim a China em 221 a.C. Embora, o território chinês nunca foi dividido em estados soberanos, pois todos os reinos tinham um sentimento de pertença à nação chinesa. Então, o “império” que se trata nesses livros, não é o “império” no sentido restrito que os estudos de ciências políticas de hoje definem, mas um ideal e uma descrição abstrata referente ao Estado chinês em curso de formação.

¹⁰Do original chinês: “九夷，八狄，七戎，六蠻，謂之四海”， tradução nossa.

¹¹ Livro escrito pelos discípulos de Confúcio (551a.C. -479 a. C.) com objetivo de gravar as palavras e ações do seu grande mestre. As citações neste artigo são todas extratas da versão tradução do inglês de Caroline Chang; tradução do chinês de D. C. Lau;. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

Essa frase pode ter duas conotações. Primeiro, percebe-se que o surgimento de uma “identidade da nação chinesa” era essencialmente vinculada ao espaço territorial onde o povo se instalava; e segundo, dentro do que é considerado “território chinês”, a regra de governança era uma extensão de governança familiar, onde o imperador seria o cabeça da família, responsável por todo o povo chinês, que se considerava como membro da família. Ou seja, dentro do território considerado chinês, havia despertado um certo senso de solidariedade e afiliação familiar no sentido defensivo.

Esse ideal de organização política era tipicamente hierárquico, tendo sido ainda mais reforçado pelos herdeiros do confucionismo nas práticas de governança, como é o caso de Dong, autor do *Livro da Cerimônia*, que é uma das mais importantes obras de referência quando se trata de ritos e moralidades da China Antiga. Dong afirma que:

“O imperador recebe mandato do céu, os reis recebem mandato do imperador, o povo recebe mandato dos reis, os filhos recebem mandato dos pais, e as esposas recebem mandato dos maridos.”
¹³(DONG, 2017, p.95)

Mas será que já havia uma percepção sobre como era a organização política na terra dos bárbaros? Ainda em *Os Analectos*:

“Tribos bárbaras com seus líderes são inferiores aos reinos chineses sem líderes.”¹⁴ (CONFÚCIO, 2015, p.71)

Ao que tudo indica, os sábios da filosofia clássica chinesa não reconheciam a existência de outros Estados comparáveis ao chinês no mundo, a não ser terras alheias inferiores que deviam se subordinar à supremacia do imperador chinês. Desde então, na literatura da filosofia clássica, já se enxergava um mapa imaginário desenhado pelos sábios na China Antiga: um mundo unipolar, dominado por um “Império do Centro”, cercado por povos nômades - o chamado “mundo sinocêntrico”.

O “sinocentrismo” nas práticas de “política externa”: o sistema dos Estados tributários

¹² Do original chinês: “四海之内皆兄弟”, tradução nossa.

¹³ Do original chinês: “君为臣纲，父为子纲，夫为妻纲”, tradução nossa.

¹⁴ Do original chinês: “夷狄之有君，不如诸夏之亡也”, tradução nossa.

Embora o pensamento filosófico clássico chinês considerasse que no mundo só existia um único centro de poder – o império chinês -, o modo por meio do qual esse centro se relacionava com a periferia, ou seja, os povos vizinhos, não deveria contemplar o uso da força.

Na percepção dos pensadores confucionistas, o estado ideal de governança tanto dentro do próprio império, quanto no âmbito mundial, seria “*Da-tong*” (em português: “a grande harmonia”), ou em termos modernos, uma governança defensiva e pacifista. Como o próprio Confúcio afirma em *Os Analectos*:

“É por essa razão que, quando súditos de outras regiões sublevam-se, o governante deve atraí-los por meio de sua força moral e, uma vez que eles se aproximem, satisfazê-los.”¹⁵(CONFÚCIO, 2015, p.152)

Ou seja, ele só podia ser alcançado através da prática dos princípios de reinado estabelecidos pelo Confucionismo: “*Ren*” (em português: benevolência, virtude) e “*Li*” (em português: rito).

Como uma extensão dessa ideia, um dos maiores sucessores de Confúcio, Mêncio, também destaca em *Meng Zi*:

Foi por virtude da humanidade que as Três Dinastias venceram o império, e foi por falta de virtude da humanidade que eles perderam. Estados levantam e caem pela mesma razão. Desprovido de humanidade, o imperador não seria capaz de salvaguardar os quatro mares, o senhor feudal não seria capaz de proteger seu próprio estado, o líder não seria capaz de amparar seu próprio clã, e o indivíduo não seria capaz de defender seus braços e suas pernas.¹⁶(MÊNCIO, 2010, p. 56)

E,

“Só os benevolentes sabem servir aos mais fracos.”¹⁷(MÊNCIO, 2010, p. 57)

¹⁵ Em chinês mandarim, “夫如是，故远人不服，则修文德以来之。既来之，则安之。”

¹⁶ Em chinês mandarim, “三代之得天下也以仁，其失天下也以不仁。天子不仁，不保四海；诸侯不仁，不保社稷；士庶人不仁，不保四体。”， tradução do chinês para o português pela autora.

¹⁷ Em chinês mandarim, “惟仁者为能以大事小”， tradução do chinês para o português pela autora.

A governança com humanidade e benevolência, através de força moral e não militar, e a coexistência pacífica com outros países através de premiação constituem os princípios da política externa do império chinês. Com base nessa política de característica pacífica e conciliadora, o império veio a estruturar as suas relações com os reinos vizinhos numa hierarquia concêntrica solta e de característica voluntária - diferente de qualquer outro sistema “internacional” que já existiu – que hoje chamamos de “sistema de Estados tributários”.

Mais especificamente, conforme registrado em *Shang Shu*¹⁸, estabeleceram-se, ao redor da área de domínio direto do imperador chinês, cinco zonas concêntricas (*Wu-fu*, em português, “cinco serviços”), que devem seguir a regra de tributação em 5 níveis, de acordo com a distância. A exemplo da dinastia Qing, as cinco zonas eram dispostas como segue:

Primeira: Centro do sistema, o Império do Meio

Segunda: Zona Fronteiriça, Mongólia, Tibet, Xinjiang, Qinghai;

Terceira: Zona Sínica, Coreia, Annan (Vietnã), Japão e os Arquipélagos de Ryukyu¹⁹;

Quarta: Zona da Ásia, Siam, Luzon, Mianmar, e outros pequenos reinos do Leste Asiático;

Quinta: Zona fora da Ásia, estados tributários ocasionais (como Portugal e Holanda) ou não tributários. (AUTORES ANÔNIMOS, 2012)

O que vale a pena ressaltar aqui, é que esse sistema é muito diferente do sistema tributário feudal que existiu na Europa durante a Idade Média, no qual os reis usavam a tributação como forma de espoliação econômica. Segundo as regras dos “Cinco Serviços”, os reis dos países das cinco zonas deveriam visitar ou mandar seus representantes para visitar o imperador chinês regularmente, com tributos de especialidade local, com o fim de demonstrar o reconhecimento da superioridade do imperador e de lhe prestar obediência. O imperador chinês,

¹⁸ *Shang Shu*, um dos Livros Clássicos do Confucionismo. É uma compilação de discursos de figuras importantes e registros de eventos na China Antiga. Os trechos citados em português são traduzidos pela autora a partir da versão em chinês, 佚名.《尚书》. 作者:王世舜, 王翠叶译注. 中华书局. 2012.

¹⁹ O nome “Vietnã”, que significa “país longe ao Sul” se refere a localização do país em relação ao império chinês, foi dado pelo imperador chinês; o nome “Coreia” também foi dado pelo imperador chinês da Dinastia Ming, o que mostra a posição subordinada dos países do Leste Asiático ao império chinês.

por sua vez, seguia o princípio confucionista de relacionamento e amizade, o que consistia em “dar mais e receber menos” (“*Hou Wang Bo Lai*”) e recompensava os visitantes com prêmios muito mais valiosos (dado o nível de desenvolvimento mais avançado do império chinês, os produtos chineses eram considerados os mais raros e preciosos). Por exemplo, em 1525, quando um enviado do imperador japonês fez uma visita ao imperador chinês da Dinastia Ming e recebeu de volta presentes generosos, escreveu: “A Grande Dinastia Ming é o país mais benevolente da história”. Assim, via-se uma oportunidade de lucrar através dos “comércios tributários”, onde a troca de mercadorias sob a alegação de tributo era considerada uma fonte de renda para os pequenos países. Matteo Ricci, missionário italiano que morou na China durante a dinastia Ming também testemunhou²⁰:

“O sistema de Estados Tributários’ é uma necessidade externa do sinocentrismo. Os chineses sabem que o negócio é uma fraude, mas eles não se importam. O importante é fazer parecer e acreditar que todos os países do mundo estão prestando tributo para o imperador chinês, mesmo sendo que a China, de fato, está prestando tributo para o mundo todo.” (RICCI, 2012, p. 183)

Esse sistema, se fosse no olhar dos economistas, seria simplesmente um “comportamento irracional”, mas o império chinês valorizava muito mais o “respeito” e a “apreciação” dos países vizinhos do que quaisquer outros bens materiais que estes podiam oferecer.

Se os chineses alguma vez pensaram em ir descobrir o mundo de fora, a intenção não seria a expansão territorial, mas sim a de persuadir mais países a se integrarem ao sistema de Estados tributários. Entre 1405 e 1433, a China empreendeu uma das aventuras navais mais grandiosas da história: o almirante Zheng He enviou suas frotas de “navios do tesouro” para destinos tão longínquos quanto Java, Índia, o Chifre da África e o estreito de Hormuz. A viagem visava mais significado espiritual do que benefícios materiais:

A cada parada em suas viagens, proclamava formalmente a magnificência do imperador da China, dava luxuosos presentes para os soberanos que encontrava e convidava-os para irem pessoalmente

²⁰ Texto extraído do Diário de Matteo Ricci na China, escrito do fim do século XVI ao início do século XVII. Tradução para o português pela autora a partir da versão em chinês: 马可·波罗 (Matteo Ricci). 《马可波罗游记》. 中译出版社. 2012.

ou mandar enviados para a China. Lá, eles deveriam reconhecer seu lugar na ordem mundial sinocêntrica. Mas além de declarar a grandeza da China e fazer convites para rituais solenes, Zheng He não mostrou qualquer ambição territorial. Trouxe de volta consigo apenas presentes, ou “tributos”; não reclamou nenhuma colônia ou recursos naturais para a China, excetuando a recompensa metafísica de estender os limites de Tudo Sob o Céu. (KISSINGER, 2011, p. 27).

Resumindo, o “sistema de Estados tributários” é uma prática de política externa pacificadora, baseada em forte princípio moral e ético, com o objetivo de garantir a paz e a segurança duradoura do império chinês. A política externa do império chinês, sob as instruções do confucionismo, era essencialmente complacente, indulgente e defensiva. O relacionamento do império com o exterior objetivava a não-agressão mútua, mas como a China era praticamente a maior e a única grande potência na região, essa política adquiriu um certo sentido de humildade e autolimitação das cobiças por expansão territorial, consideradas como as maiores virtudes do governador pelo Taoísmo e pelo Moísmo.

2. O “SINOCENTRISMO” NO SEU APOGEU: A DINASTIA QING E A VISÃO FECHADA DO MUNDO

O sinocentrismo é um elemento que permeou toda a história da China Antiga. Constituiu a lógica básica da construção do Estado chinês e influenciou a trajetória do país em todos os tempos. Essa influência se reproduzia, se fomentava e atingiu seu apogeu na última dinastia (Qing), quando o sinocentrismo evoluiu para uma visão do mundo extremamente fechada, egocêntrica e portanto, tacanha e ignorante (FAIRBANK, 1968, p.57-62).

Nessa seção, faz-se uma reflexão acerca da influência dessa visão sobre a trajetória da dinastia Qing, no âmbito econômico, militar e de política externa.

Política econômica e comercial: auto-abastecimento e auto-isolamento

A última dinastia da China Antiga, a Dinastia Qing existiu entre 1616 e 1912, e era a maior economia mundial até as vésperas da Guerra do Ópio no

século XVIII. Segundo o estudo do economista inglês Angus Maddison, em 1820, o PIB da dinastia Qing chegou a 228.6 bilhões de dólares, equivalente a 32.9% do PIB mundial (MADDISON, 1998, p. 40). A produção agrícola e artesanal na China era a mais avançada do mundo, o que impulsionou a comercialização de mercadorias e promoveu a prosperidade não só dos países vizinhos como Japão e Índia, mas também dos países europeus e árabes.

Porém, em vez de expandir a sua economia através do comércio internacional, a partir da dinastia Ming (a penúltima dinastia), os imperadores chineses empreenderam sucessivas políticas de embargo: fecharam portos, queimaram barcos civis e proibiram atividades marítimas.²¹

A razão pela qual foram tomadas essas medidas ainda reside no pensamento confucionista sobre a organização das atividades produtivas da sociedade chinesa. Segundo a sua avaliação, na vida econômica da sociedade, há o que chamam de “raíz” e o que chamam de “galhos”: a “raíz” diz respeito à agricultura, e “os galhos” ao comércio. Os profissionais que lidavam com “os galhos”, ou seja, os comerciantes, eram menosprezados e considerados “inferiores” na sociedade chinesa (FUNG, 1966, p. 46-48).

Mais especificamente, a hierarquia do status das diferentes classes e profissionais na sociedade chinesa foi estabelecida pelo princípio de *San Jiao Jiu Liu* (em português: três religiões e nove classes) da seguinte forma:

Imperador e reis;
Eruditos e professores;
Burocratas;
Médicos;
Monges;
Soldados;
Agricultores;
Trabalhadores manuais;
Comerciantes²².

²¹ O primeiro imperador chinês a proibir atividades marítimas foi o imperador Hong Wu da dinastia Ming.

²² Sobre essa questão, Fung (1966) apresentou argumentos muito convincentes sobre o desprezo dado pela tradição chinesa aos comerciantes, que eram considerados “egoístas, malandros e infiéis à sua pátria”.

Uma vez que o mister de comerciante era visto sob uma ótica depreciativa, não é de se estranhar que as autoridades tendiam a organizar a economia chinesa da forma a envolver cada vez menos comércios. Além disso, os contatos que a China teve com os comerciantes europeus que recém iniciaram a industrialização também não foram muito agradáveis, o que, de uma forma ou de outra, acabou reforçando essa imagem negativa. Em 1740, o “Massacre de Batávia” na indonésia despertou a raiva de todo o povo chinês não só para com os colonizadores holandeses, mas também para com os europeus em geral. A presença dos “*Yang Ren*” (em português, “pessoas do oceano”, apelido pejorativo dado aos estrangeiros) nas cidades litorâneas causava desconfiança e preocupação das autoridades, e as atividades missionárias também despertavam uma certa discórdia numa sociedade dominada por suas próprias crenças e moral.

Enfim, a política de “*Bi Guan Suo Guo*” (em português: trancar as fronteiras e fechar o país) foi ordenada pelo imperador Qian Long em 1757, e só chegaria ao fim cem anos depois, quando a porta da dinastia foi derrubada à força pelos canhões ingleses na Guerra do Ópio.

Diplomacia: uma superioridade auto-imposta

O sinocentrismo, enraizado nos pensamentos dos ancestrais sábios, evoluiu ao longo das dinastias e tornou-se gradativamente numa certa arrogância cega e uma sensação falsa de superioridade étnica, o que impedia que os chineses enxergassem a grande transformação que estava acontecendo no mundo ocidental. Já no início do século XVIII, a Inglaterra surgiu como a primeira potência industrializada do planeta, enquanto o dragão oriental ainda vivia no seu sonho do “império celestial”.

A diplomacia da dinastia Qing era negligente e pedante, tão ridícula que hoje a lembramos como um episódio depressivo da história chinesa.

Em 1792, a Inglaterra nomeou o conde George Macartney como o primeiro embaixador na China. Macartney, que já tinha sido administrador chefe nas colônias inglesas na Índia, desembarcou junto com uma missão composta de cientistas, artistas e comerciantes, com destino ao império chinês sob a alegação de parabenizar pelo 80º aniversário do imperador chinês, Qian

Long. Ele foi encarregado de estabelecer relações diplomáticas e negociar tratados comerciais com a dinastia Qing – tarefa que seus vários antecessores não conseguiram cumprir.

Em 1793, a missão chegou à China e foi recebida pelo imperador Qian Long. Porém, segundo a norma diplomática da dinastia Qing, todos os visitantes de fora eram considerados “enviados de tributo” (*Gong Shi*) e precisavam fazer o rito de *Kou Tou* (ato de ajoelhar e tocar a testa no chão em reverência) para o imperador chinês. É claro que o conde inglês recusou, considerando-o como uma grande humilhação. O imperador Qian Long também se chateou, e por conseguinte negou todas as propostas de comércio com o império britânico, alegando que a grandiosa e rica dinastia Qing era autossuficiente e, portanto não precisava fazer comércio com ninguém. Além disso, os “tributos” que a missão entregou para o imperador, como relógios, instrumentos astronômicos, livros de ciência, granadas, um modelo do navio de batalha da marinha britânica e uma carruagem – tudo que representava o nível da tecnologia mais avançado do mundo na época – eram simplesmente considerados pelas autoridades chinesas como “brinquedos do malabarista”. O acompanhante do conde Macartney, depois de voltar para seu país, descreve a experiência, em tom de desabafo, do seguinte modo:

“A nossa experiência na China pode ser descrita em três frases: entrámos em Pequim como mendigos; ficámos lá como prisioneiros, e saímos da cidade como ladrões.” (MACARTNEY, 1792).

O imperador chinês expulsou os ingleses da cidade proibida com arrogância e desdém. Mais tarde, os ingleses voltariam para a China com cruzadores de batalha e armas de fogo, invadiriam no luxuoso Palácio do Verão e saqueariam todos os tesouros do imperador que lembravam o passado glorioso da dinastia.

Defesa nacional: enfatizar o poder terrestre e desprezar o poder marítimo

No âmbito militar, a visão dos generais chineses segue a mesma lógica. Segundo a tradição fisiocrata, o oceano nunca passou de ser visto como mais que “uma conveniência de transporte e um benefício de pescaria”. Até a

magnífica navegação oceânica de Zheng He era criticada por ter causado um pesado fardo fiscal ao povo. Como Hegel (2004, p. 91) coloca a questão da seguinte forma:

Esta extensão do mar para além das limitações da terra está carente nos esplêndidos edifícios políticos dos Estados asiáticos, embora eles mesmos façam fronteira com o mar - como por exemplo, a China. Para eles, o mar é apenas o limite, a apreensão da terra; eles não têm relação positiva com isso.²³

Na projeção geopolítica tradicional chinesa, guerras só podiam acontecer por via terrestre, entre exércitos da cavalaria: por exemplo, as tropas da dinastia Qing derrubaram as da dinastia Ming com arco e flecha. A principal ameaça militar ao país então considerada vinha das tribos nômades do Norte: os mongóis e os uigures. Por este motivo, várias dinastias vieram a colocar volumosos recursos humanos e materiais para construir e fortificar a Grande Muralha visando a defesa das fronteiras do Norte. Ao mesmo tempo, os oceanos eram vistos como “barreiras naturais” que protegiam o território chinês de invasões alienígenas. A marinha, embora existisse, só patrulhava as águas do sudeste do país para deter os piratas. A consequência direta, daí, foi a negligência da importância estratégica e geopolítica dos mares e uma defesa nacional que enfatizava o poder terrestre e desprezava o poder marítimo. Até as vésperas da Guerra do Ópio, a China não possuía nenhum comando geral de frota de batalha. Os poucos navios da marinha, espalhados esporadicamente no litoral, eram navios mercantes reformados, todos movidos a remo, e a tropa formal da marinha totalizava não mais que 10 mil soldados. O fiasco era certo. O sonho do “país celestial” foi rompido da forma mais abrupta e chocante, não deixando nenhuma folga para a velha dinastia, que desmoronou como um castelo de cartas à primeira brisa.

A Guerra do Ópio é a página mais sombria e vergonhosa da história da China Antiga, mas ela também foi o primeiro toque de alarme que despertou a China adormecida. Como Karl Marx observa:

Todas essas agências dissolvidas agindo juntas nas finanças, na moral, na indústria e na estrutura política da China, atingiram seu pleno desenvolvimento com tiros do canhão inglês em 1840, que derrubou a

²³ Tradução nossa do inglês para o português.

autoridade do Imperador e forçou o Império Celestial a entrar em contato com o mundo terrestre. O isolamento completo tinha servido como uma ótima condição para a preservação da China Antiga, mas quando aquela isolação chegou a um fim violento por causa da Inglaterra, a dissolução tinha de seguir tão seguramente quanto a de qualquer múmia cuidadosamente preservada em um caixão hermeticamente fechado, sempre que é colocado em contato com o ar livre.²⁴ (MARX, 1973, p. 147)

3. DESDOBRAMENTOS DO “SINOCENTRISMO” À PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA NACIONAL DA CHINA CONTEMPORÂNEA

Apesar do sonho de um mundo sinocêntrico ter sido sufocado pelas novas forças hegemônicas do mundo, a sua ideia-força continua tendo desdobramentos na projeção geopolítica nacional da China de hoje.

Em primeiro lugar, a China continua dando prioridade à relação com os países vizinhos, o que se diferencia da estratégia da maioria dos países em desenvolvimento de se relacionar, primeiramente, com as potências globais. Um estudo de Yan, um diplomata e cientista político chinês, membro muito influente do *Think Tank* do governo chinês, defende que “o conjunto dos países vizinhos é mais importante do que os Estados Unidos”²⁵. Ademais, segundo o portal do Ministério de Relações Exteriores da China, o objetivo prioritário das estratégias geopolíticas da China deve ser “a garantia da segurança nacional e da paz regional”²⁶, o que ainda segue a lógica confucionista do “deixem-me em paz que vou deixá-los em paz”. Já que o alvo prioritário da China é a segurança do próprio território, e não a disputa pela partilha de hegemonia com os Estados Unidos, a relação com este último, segundo essa visão, deve ser muito cautelosa, sem comprometimento nenhum. Muitas vezes, a China preferia manter uma certa distância dos Estados Unidos para não despertar a desconfiança dos países vizinhos, como a Rússia e o Japão. A proposta do governo de Barack Obama à China para que esta se tornasse num “*responsible stakeholder*” dos EUA não

²⁴ Tradução nossa do inglês para o português.

²⁵ “阎学通：中国外交 - 整体的“周边”国家比美国更重要”, Disponível em: <http://scholarsupdate.hi2net.com/news.asp?NewsID=16742>

²⁶ Site oficial do Ministério de Negócios Estrangeiros da China, <https://www.fmprc.gov.cn/web/>

obteve resposta ativa por parte do governo chinês, que parecia mais preocupado em tecer a rede de parcerias estratégicas regionais. A Organização de Cooperação de Shanghai (SCO), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e “Um Cinturão, Uma Rota”²⁷, todos de iniciativa chinesa, são provas dessa visão geopolítica “regionalizada”. Contudo, argumenta-se que, dada a crescente interdependência entre todos os países na era de globalização, nenhum país terá capacidade de escapar dos efeitos de ondulação causados pelos assuntos internacionais, sem mencionar que a China, como a maior economia no comércio de mercadorias, está intimamente ligada ao mundo através dos laços econômicos e comerciais.

Em segundo lugar, apesar de a China ter empenhado, nos anos recentes, maior esforço na fortificação da sua marinha e que, as forças navais do país ainda são evidentemente inferiores em relação a outros países desenvolvidos e até países em desenvolvimento, como a Índia. Por exemplo, em 2016²⁸, os EUA possuíam 12 porta-aviões ativos; a Itália 2, a Índia 2, enquanto a China tinha apenas 1 em funcionamento, sendo que este foi comprado da Rússia e depois reformado na China^{29,30}. Além disso, a China tem se envolvido nas disputas pelas ilhas no Mar do Sul, onde as forças navais chinesas não têm sido capazes de prevalecer, tanto militarmente quanto na opinião pública mundial, na sua tentativa de declarar a soberania sobre os Arquipélagos Spratly e Paracel, predominantemente, que a China declara, apesar de contestação da comunidade internacional, pertencer ao território chinês desde os tempos antigos.³¹

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

²⁷ Embora a iniciativa tenha evoluído e vindo a abranger países que tradicionalmente não constituíam o “círculo de influência chinesa”, a ideia original desta iniciativa é a de “buscar a conectividade com os países que fazem fronteiras com a China”, o que não escapa do pensamento sinocentrista.

²⁸ “World Aircraft Carrier Lists”. Haze Gray & Underway. Disponível em: <http://www.hazegray.org/navhist/carriers/>

²⁹ ChinaPower (2015-12-09). "How does China's first aircraft carrier stack up?". Center for Strategic and International Studies. 2016. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/aircraft-carrier/>

³⁰ CHILDS, Nick. China's carrier-aviation developments: making a difference. Disponível em: <https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2018/06/china-carrier-aviation-development>

³¹ Porém, vale ressaltar aqui, que o progresso chinês nesta área tem sido bastante intensivo após 2017, quando o segundo porta-avião chinês entrou em teste. Isto também revela a crescente consciência do governo chinês pela recompensa do atraso estrutural e pela acelerada modernização das suas forças navais.

Resumindo, devido à influência duradoura da Filosofia Tradicional Chinesa, há muito tempo faltava um certo “internacionalismo” e um “equilíbrio terra-mar” na projeção geopolítica do país. Contudo, Alfred Thayer Mahan, o pai-fundador da teoria do poder marítimo, já defendia, no final do século XIX, o poder naval como de vital importância para a prosperidade nacional, acrescentando que a superioridade naval era essencial e indispensável para a proteção dos interesses da nação (MAHAN, 1890). Certamente, o poder terrestre deve continuar a constituir um elemento decisivo no programa de Defesa Nacional chinesa, especialmente na medida em que o país está localizado no gigantesco núcleo do continente eurasiático, definido como “região-pivô” pelo geógrafo inglês Halford Mackinder (MACKINDER, 1904). Porém, como uma importante lição da Guerra Fria, o que representa uma vitória incruenta do poder naval norte-americano sobre o poder continental soviético, o poder marítimo é uma garantia e um pré-requisito fundamental para o exercício bem-sucedido do poder terrestre.

Nesse sentido, a inserção chinesa na ordem internacional atual depende se esta última conseguir, num futuro não tão distante, construir uma verdadeira visão estratégica global que conceba a complexidade das dinâmicas das relações interestaduais e intercontinentais e que permita um equilíbrio entre a presença internacional acentuada dessa nação muito antiga e as forças mutantes e às vezes conflituosas neste mundo totalmente novo, muito diferente daquele que os ancestrais chineses conheciam como o “mundo sinocêntrico”.

REFERÊNCIAS

CONFÚCIO, 551-479 a. C. *Os Analectos*. tradução do inglês de Caroline Chang; tradução do chinês de D. C. Lau. L&PM, Porto Alegre: 2015.

CORREIA, Pedro de P. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Volume 1: Conceitos, teorias, doutrinas. Ed. Almedina, Coimbra: 2010.

FAIRBANK, Goldman. *The Chinese World Order: Traditional China's Foreign Relations*. John King (ed.), Cambridge: 1968.

FUNG, Yu-lan. *A Short History of Chinese Philosophy*. Macmillan, New York: 1966. Disponível em:

[http://118.175.86.88/files/private/A Short History of Chinese Philosophy o.pdf](http://118.175.86.88/files/private/A%20Short%20History%20of%20Chinese%20Philosophy%20o.pdf)

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Philosophy of History*. Dover Publications, Inc., New York: 2004.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*, tradução Cássio de Arantes Leite. Objetiva, Rio de Janeiro:2011.

MACARTNEY, George. *Macartney Mission Documents, 1792*. Disponível em: <http://www1.udel.edu/History-old/figal/Hist104/assets/pdf/readings/06macartney.pdf>

MACKINDER, Halford John. *The Geographical Pivot of History*. Editora Royal geographical Society, Kensington: 1904.

MADDISON, Angus. *Chinese Economic Performance in the Long Run*. Relatório publicado pela OECD, 1998. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/Maddison98.pdf>

MAHAN, Alfred. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Edição 15, Editora Little, Brown and Company, Boston: 1890.

MARX, Karl. *Karl Marx on Society and Social Change: With Selections by Friedrich Engels*. University of Chicago, Chicago: 1973.

佚名(AUTORES ANÔNIMOS). 《尔雅》管锡华译注.中华书局. 2014.

佚名(AUTORES ANÔNIMOS). 《尚书》. 作者:王世舜, 王翠叶译注. 中华书局. 2012.

孔子(CONFÚCIO). 《诗经》. 周振甫笺注. 中华书局. 2013.

孟子(MÊNÇÃO). 《孟子》. 杨伯峻笺注. 中华书局. 2010.

董仲舒(DONG). 《春秋繁露》. 董天工笺注. 华东师范大学出版社. 2017.

马可·波罗(RICCE, Matteo). 《马可波罗游记》. 中译出版社. 2012.